

SINERGIAS ENTRE AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS

*IV Seminário MAEE e II
Seminário Internacional
Mecanismos de Mudança nas
Escolas e na Inspeção*

LIVRO DE ATAS



FICHA TÉCNICA

Título

Livro de Atas do IV Seminário MAEE e II Seminário Internacional Mecanismos de Mudança nas Escolas e na Inspeção

Coordenação

Isabel Fialho & Marcelo Coppi

Edição

© Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP | UE), 1.^a Edição, Évora, 2022 www.ciep.uevora.pt

Capa e Contracapa

Mafalda Pequeno

Conceção e Composição

Marcelo Coppi

Formatação e Paginação

Marcelo Coppi

ISBN

978-972-778-240-6

Data de publicação

Setembro de 2022

«Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/CED-EDG/30410/2017»

PERFIL DO ALUNO E CIDADANIA: LEITURAS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Maria Helena Álvaro | Universidade Aberta | alvaro.helena@gmail.com

Filipa Seabra | Universidade Aberta | filipa.seabra@uab.pt

Resumo

A investigação apresentada tem como objetivo conhecer como se posiciona o 3.º ciclo de Avaliação Externa das Escolas (AEE) perante o Perfil do Aluno (PA) e a Área de Cidadania e Desenvolvimento no contexto do currículo do ensino secundário. O estudo é circunscrito a quatro escolas, selecionadas tendo como base os Relatórios do 3.º ciclo da AEE, do ano 2019/2020, pela relevância que têm na regulação do trabalho curricular e no desenvolvimento das Escolas. Partindo do seu quadro de referência e dos quatro domínios em que se estrutura é pertinente recorrer às apreciações dos respetivos Relatórios como critério para apurar os que apresentam referências explicitamente positivas ao trabalho que desenvolvem com vista à prossecução do PA, bem como à articulação curricular que estabelecem com a Cidadania em coerência com os seus documentos internos. A investigação tem uma natureza qualitativa com base na análise documental e de conteúdo, tendo como fontes os Relatórios do 3.º ciclo da AEE. A categorização que serviu de suporte à análise realizada assentou nos domínios da AEE (autoavaliação, liderança e gestão, prestação do serviço educativo e resultados) e nos conceitos de PA; Cidadania; Autonomia e Flexibilidade Curricular e Aprendizagens Essenciais. A análise considerou quatro tipos de resultados: pontos fortes, área de melhoria, avaliação favorável e desfavorável. Dos resultados apurados podemos concluir que nos documentos internos, apesar de existir referência a intencionalidade, ainda carece de desenvolvimento a operacionalização de práticas pedagógicas no que respeita ao PA.

Palavras-chave: Avaliação Externa de Escolas; Perfil do Aluno; Cidadania; Flexibilidade Curricular; Aprendizagens Essenciais.

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta resultados parciais do trabalho em curso no âmbito de uma dissertação de mestrado e tem como objetivo conhecer como se posiciona o 3.º ciclo de Avaliação Externa das Escolas (AEE) perante o Perfil do Aluno (PA) e a Área de Cidadania e Desenvolvimento no contexto do currículo do ensino secundário. Esta Investigação tem uma natureza qualitativa com base na análise documental e de conteúdo e teve como fontes os Relatórios do 3.º ciclo da AEE, pela relevância que têm na regulação do trabalho curricular e no desenvolvimento das Escolas.

Relativamente à metodologia adotada na investigação, a categorização que serviu de suporte à análise realizada assentou nos domínios da AEE (autoavaliação, liderança e gestão, prestação do serviço educativo e resultados) e nos conceitos de PA, Cidadania, Autonomia e Flexibilidade Curricular e Aprendizagens Essenciais.

Importa registrar o que fundamenta a opção pelos conceitos nos quais assenta a análise. Esse fundamento assenta na implementação dos princípios preconizados pela Autonomia e Flexibilidade Curricular em consonância com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e a operacionalização das Aprendizagens Essenciais. Finalmente, a Cidadania e Desenvolvimento pelas características que apresenta como adequada para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal, social e intercultural dos jovens, propiciando a implementação de situações educativas integradoras e de metodologias de trabalho colaborativas devidamente enquadrado pela Estratégia Nacional para a Cidadania.

O estudo é circunscrito a quatro Escolas, selecionadas tendo como base os Relatórios do 3.º ciclo da AEE, do ano 2019/2020. Partindo do seu quadro de referência e dos quatro domínios em que se estrutura, é pertinente recorrer às apreciações da AEE como critério de escolha para a seleção das Escolas. Com base nos Relatórios de AEE, foram selecionadas 2 Escolas (A e B) com referências explicitamente positivas ao trabalho que desenvolvem com vista à prossecução do PA, bem como à articulação curricular que estabelecem com a área de Cidadania em coerência com o seu projeto educativo, e 2 (C e D) que expressam tais referências negativamente.

Assim, os Relatórios foram as fontes nas quais assentou o critério para apurar as Escolas que apresentam referências explicitamente positivas ao trabalho que desenvolvem com vista à prossecução do PA, bem como à articulação curricular que estabelecem com a Cidadania em coerência com os seus documentos internos.

A análise considerou quatro tipos de resultados: pontos fortes, área de melhoria, avaliação favorável e desfavorável.

Tomando em linha de conta todos os aspetos referidos, foi, nestes termos, que se procedeu à análise provisória dos Relatórios AE das Escolas objeto da investigação.

Esta investigação é enquadrada pelos conceitos de Flexibilização Curricular, Perfil do Aluno, Aprendizagens Essenciais e Cidadania e pretende determinar os impactos que daí possam advir sobre a gestão curricular nas Escolas em análise. Importa, pois, registrar que no “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho,” se afirma:

como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem. (Martins, et al., 2017)

Neste enquadramento, tornou-se premente uma reorganização curricular, em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Tal aparece

expresso no Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto, sendo identificadas aprendizagens essenciais, que permitissem uma efetiva flexibilização e gestão curriculares por parte das escolas e dos docentes.

Aí se dispõe que “as aprendizagens essenciais estão ancoradas numa cultura de escola de autonomia e de trabalho em equipa educativa dos docentes” e que se “afirmam como referencial de base às várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa”.

Os princípios, as áreas de competência e os valores definidos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, confluem para a formação do indivíduo como cidadão participativo, iniciando o caminho do exercício da cidadania ao longo da vida. Por sua vez, as Aprendizagens Essenciais elencam os conhecimentos, as capacidades e as atitudes a desenvolver pelos alunos, conducentes ao desenvolvimento das competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, no quadro de um processo de promoção da autonomia e flexibilidade curricular.

Os valores da Cidadania encontram-se consagrados nos princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu art.º 3º, b), ao estabelecer que o sistema educativo deverá ser organizado de modo a contribuir para a realização dos alunos, através do pleno desenvolvimento da sua personalidade, atitudes e sentido de cidadania.

Ora, é a Estratégia de Educação para a Cidadania (cf. Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio), a implementar nas escolas, que integra um conjunto de competências e conhecimentos próprios desta área, em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com as Aprendizagens Essenciais.

Por outro lado, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória constitui um fator catalisador da Educação para a Cidadania.

RESULTADOS DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS

Feita a leitura e a análise qualitativa dos Relatórios de AEE das quatro Escolas selecionadas, foi possível apurar o seguinte:

A Escola A na AEE é avaliada nos quatro domínios considerados com Muito Bom.

Da análise realizada foi possível apurar os seguintes resultados:

No relatório de AEE da Escola A existem três referências ao Perfil dos Alunos, nos juízos avaliativos dos domínios Liderança e Gestão e na Prestação de Serviço Educativo, que se encontram expressos da seguinte forma:

Liderança e Gestão- A intencionalidade com que as lideranças fomentaram respostas aos novos desafios, designadamente o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a autonomia e flexibilidade curricular, bem como a abordagem multinível de acesso ao currículo garantindo a inclusão e uma educação de qualidade, encontram-se bem patentes no

projeto educativo, no regulamento interno, no plano de atividades, no plano curricular e numa aposta criteriosa na formação interna. (p.6)

Prestação de Serviço Educativo- Salienta-se o uso de metodologias de aprendizagem mais ativas e significativas, o que tem permitido cruzar e integrar os saberes de diferentes áreas. Contudo, a articulação horizontal e vertical do currículo, as estratégias de diferenciação pedagógica e as metodologias conducentes ao desenvolvimento das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória carecem de aprofundamento, de modo a assegurar a progressão nas aprendizagens realizadas por crianças e alunos ao longo do respetivo percurso escolar. (p.8)

A outra referência, neste domínio reporta para que os critérios de avaliação têm “em consideração as áreas de competências do Perfil dos Alunos” (p.9).

As referências existentes ao PA apresentam uma avaliação favorável, salientando a forma como foi tido em conta nos documentos internos da Escola e na avaliação dos alunos, apesar de existir uma avaliação desfavorável, no domínio da prestação do serviço educativo, no que respeita ao aprofundamento da “articulação horizontal e vertical do currículo, as estratégias de diferenciação pedagógica e as metodologias conducentes ao desenvolvimento das áreas de competências do Perfil do Alunos” (p.8). Parece, assim, que os avaliadores externos reconhecem que o PA já está integrado nos documentos da Escola, havendo ainda um caminho a trilhar em termos da sua operacionalização pedagógica.

Apesar de nos pontos fortes considerados no Relatório da AEE não existirem referências explícitas ao PA, podemos inferir que a liderança e gestão da Escola, ao promover “práticas de gestão norteadas por critérios pedagógicos e soluções flexíveis, que criam condições para aprendizagens de qualidade”, manifesta a intencionalidade de dar resposta a novos desafios “designadamente o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a autonomia e flexibilidade curricular, bem como a abordagem multinível de acesso ao currículo.”

Relativamente à categoria Cidadania, o Relatório apresenta três referências, sendo que uma delas está associada a um segmento já referido anteriormente, quando trata da intencionalidade da Liderança e Gestão promover a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

A outra referência a Cidadania remete para o domínio dos Resultados e salienta:

os planos de atividades próprios da associação de estudantes e da rádio escolar, bem como o projeto Intervalos dinâmicos que os alunos assumem. As iniciativas nos domínios da solidariedade e voluntariado, da educação literária, ambiental, artística e para a saúde e do desporto escolar, orientadas para a formação pessoal, fomentam a cidadania ativa e a consciência social crítica que se reflete no ambiente escolar. (p.11)

A terceira referência consiste no registo quantitativo, neste mesmo domínio, do número de alunos (225 dos 291 inquiridos, correspondendo a 77,3%) que na Escola é incentivado a

participar em ações de solidariedade e cidadania corroborando a avaliação favorável já registada nesta matéria (anexo 3 do Relatório).

Face aos valores apresentados podemos considerar que esta é também uma área de avaliação favorável.

Registam-se, na análise, três referências a Autonomia e Flexibilidade Curricular, sendo que uma delas está associada a um segmento já referido anteriormente, quando trata da intencionalidade da Liderança e Gestão promover a autonomia e flexibilidade curricular.

Na outra referência, registada na área da Prestação do Serviço Educativo “destaca-se a implementação de cenários inovadores no que respeita à organização e gestão do currículo, designadamente o desenvolvimento de domínios de autonomia curricular” (p.8).

Numa perspetiva de área de melhoria, no que respeita à Prestação de Serviço Educativo, constata-se o “incremento da articulação curricular horizontal e vertical como estratégia de melhoria das aprendizagens” (p.5).

Relativamente às Aprendizagens Essenciais, existe uma referência no domínio da Prestação do Serviço Educativo, de avaliação favorável:

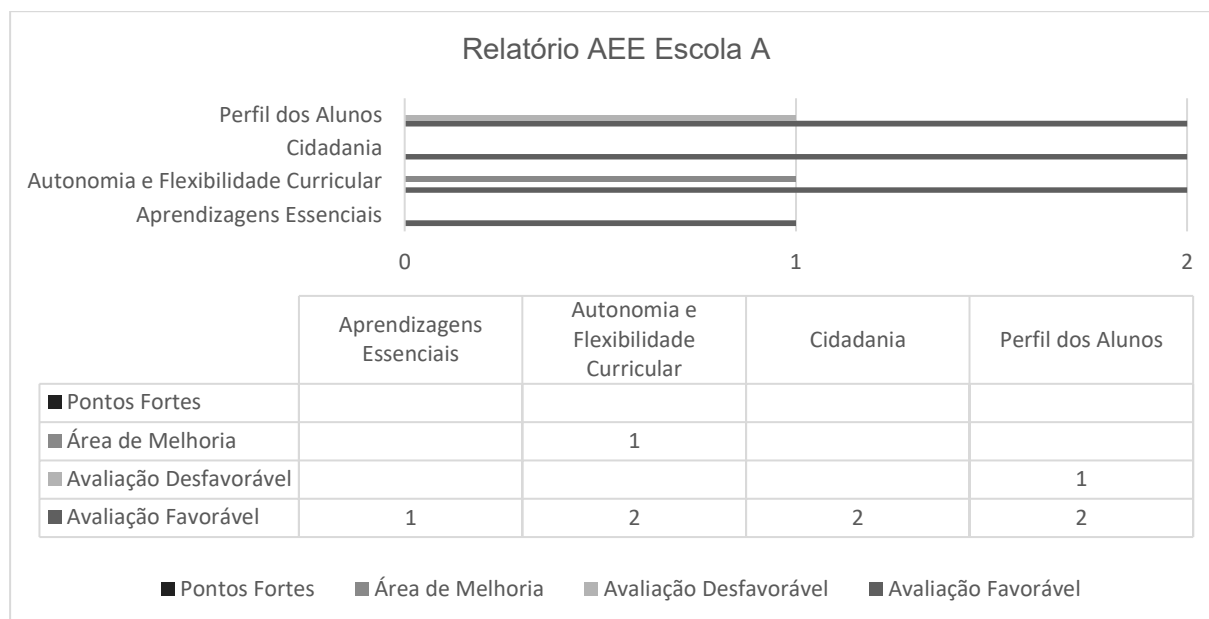
Iniciativas como o percurso de orientação e contextualização de fotografias, o peddypaper interdisciplinar com recolha de informação em diversos suportes e a caricatura de figuras/ personalidades públicas/imagens icónicas de diferentes culturas assumiram especial relevo na articulação das Aprendizagens Essenciais. (p.9)

Na Escola A, o Relatório de AEE refere que “é evidente uma visão estratégica concertada, clara e partilhada pelas diferentes lideranças com forte impacto na motivação dos intervenientes educativos, onde a orientação para a qualidade das aprendizagens se apresenta alinhada com os referenciais curriculares em vigor” (p.6), no que respeita ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e a autonomia e flexibilidade curricular.

Nesta Escola, considerando as referências existentes para as Aprendizagens Essenciais, Autonomia e Flexibilidade Curricular, Cidadania e Perfil dos Alunos, temos um total de nove referências, sendo que foram apuradas sete com avaliação favorável, uma desfavorável e uma como área de melhoria.

Figura 1

Referências de área de melhoria, avaliação favorável e desfavorável nas áreas das Aprendizagens Essenciais, Autonomia e Flexibilidade Curricular, Cidadania e Perfil dos Alunos no Relatório de AEE da Escola A



Em síntese:

Destacando a importância dos documentos internos da Escola, o Relatório da AEE refere que “a avaliação do projeto educativo efetuada, no último ano letivo, serviu de fundamento” (p.5) para a sua construção, embora aí se refira também que “importa consolidar o processo, tornando-o mais participado e abrangente, com uma maior incidência no ensino e na aprendizagem, numa lógica de melhoria e desenvolvimento sustentado” (p.6).

Sem dúvida de que está patente a intencionalidade de fomentar respostas aos novos desafios, designadamente o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a Autonomia e Flexibilidade Curricular, bem como a abordagem multinível de acesso ao currículo, garantindo a inclusão e uma educação de qualidade, encontram-se bem patentes no projeto educativo, no regulamento interno, no plano de atividades e no plano curricular (p.6).

Nesta linha, “existe uma visão estratégica partilhada pelas diferentes lideranças com forte impacto na motivação dos intervenientes educativos, onde a orientação para a qualidade das aprendizagens se apresenta alinhada com os referenciais curriculares em vigor” (p.6), mas tal carece de maior operacionalização de práticas pedagógicas com vista a alcançar maior sustentabilidade.

A Escola B na AEE é avaliada em três domínios com Muito Bom, tendo a avaliação de Bom num quarto domínio.

Da análise realizada foi possível apurar os seguintes resultados:

No relatório de AEE da Escola B, existem cinco referências ao Perfil dos Alunos, sendo duas expressas nos juízos avaliativos dos domínios Liderança e Gestão e na Prestação de Serviço Educativo:

Liderança e Gestão - Visão clara e mobilizadora da ação, amplamente partilhada pelos diferentes atores educativos, orientada para a qualidade e para a excelência académica e para a formação de cidadãos críticos, enquadrada pelas competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. (p.6)

E acrescenta-se que,

Os documentos orientadores da ação possuem clareza e coerência entre si e com os diplomas legais e preveem e promovem relações estreitas com a comunidade envolvente através de protocolos e parcerias muito ricas e diversificadas. Estão definidos os objetivos estratégicos, as ações, as metas e indicadores de medida que permitem a respetiva monitorização. (p.7)

As referências existentes ao PA expressam uma avaliação favorável, apesar de existir uma área de melhoria na estratégia a adotar pela liderança no que respeita ao seu aprofundamento, uma vez que se refere que os documentos não refletem “uma clara intencionalidade nas opções curriculares para um desenvolvimento abrangente das áreas de competências do Perfil dos Alunos” (p. 7).

Esta área de melhoria, enquadrada na Liderança e Gestão, remete para uma “densificação nos documentos orientadores de uma estratégia que reflita a intencionalidade sobre as opções curriculares para um desenvolvimento abrangente das áreas de competências do Perfil dos Alunos” (p. 5).

O Relatório de AEE da Escola B é claro quando aponta como ponto forte, no domínio da Prestação do Serviço Educativo, as “iniciativas educativas de qualificação pedagógica e inovação metodológica, que envolvem os alunos em atividades interdisciplinares, integrando diferentes conhecimentos e promovendo capacidades alinhadas com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, em especial na criatividade e no pensamento crítico” (p.4).

Por outro lado, constatamos que no Relatório desta Escola existem 6 referências a Cidadania.

É assinalada como ponto forte, no domínio dos Resultados, a “diversidade de atividades promotoras do desenvolvimento pessoal e social de crianças e alunos, através de práticas indutoras de comportamentos saudáveis e do exercício de uma cidadania consciente e responsável” (p.5).

A Escola apresenta uma avaliação favorável com quatro referências a Cidadania, quando expressa nos juízos avaliativos do Relatório que:

A equipa de autoavaliação, constituída por docentes, leva a cabo procedimentos formais sistemáticos, com vista à avaliação interna, em articulação com as metas do projeto educativo, e tem como objetivo monitorizar a operacionalização dos três eixos

inscritos neste documento e respetivas áreas de intervenção: sucesso educativo, cidadania e comunidade e liderança e gestão. (p.6)

Esta referência está associada ao desenvolvimento do domínio da Autoavaliação e estabelece uma relação entre as metas previstas no projeto educativo e o tema da Cidadania.

Também na área da Prestação do Serviço Educativo, relativamente à oferta educativa e gestão curricular, o Relatório refere que:

Não sendo generalizadas, são significativas as mudanças pedagógicas e a inovação metodológica concretizadas, sobretudo, em projetos e na articulação curricular horizontal e vertical, designadamente através da teatralização de conteúdos científicos ligados à língua portuguesa, dos projetos interdisciplinares e pluridisciplinares e do uso em aula da técnica de role play, no âmbito da educação para a cidadania, e são implementadas medidas de desenvolvimento e aprofundamento curricular e de suporte à aprendizagem e à inclusão. (p.9)

Pode ainda ser apontado, como avaliação favorável na área dos Resultados Sociais, o facto de que, na Escola, “as crianças e os alunos são envolvidos num conjunto diversificado de atividades e projetos que facultam diferentes experiências, em contextos variados, projetando uma formação integral e o reforço da cidadania” (p.11).

E o Relatório concretiza tal,

São desenvolvidas diversas ações, através de trabalho voluntário, em parceria com associações locais, destinadas a fomentar a solidariedade e a inclusão, ações de participação democrática (orçamento participativo, parlamento dos jovens, GO MUN, ...), projetos de educação ambiental, em colaboração com entidades locais e protocolos com clubes, destinados à valorização da prática desportiva, que favorecem o desenvolvimento pessoal e social de crianças e alunos, através de práticas indutoras de comportamentos saudáveis e do exercício de uma cidadania consciente e responsável. (p.12)

Outra referência enquadrada na Liderança e Gestão que aponta para a Cidadania, de avaliação favorável, destaca que:

São desenvolvidas inúmeras parcerias com diferentes instituições e vários projetos promotores de aprendizagens e de competências necessárias a futuros cidadãos críticos e interventivos, mobilizando recursos e agentes da comunidade, em particular com a câmara municipal e união de freguesias, serviços públicos locais, associações, empresas e instituições de ensino superior e outros parceiros. O seu âmbito e objetivos dão maior sentido e oportunidades à promoção da qualidade das aprendizagens. (p.7)

Porém também se identifica uma referência a Cidadania com avaliação desfavorável, na área da Prestação de Serviço Educativo:

Contudo, as iniciativas de inovação curricular e pedagógica carecem de alargamento a outras áreas curriculares ou níveis de ensino, as práticas de diferenciação pedagógica requerem algum aprofundamento e o planeamento de projetos, no âmbito da estratégia de educação para a cidadania, necessita de uma maior abrangência e transversalidade a todo o Agrupamento. (p.9)

Face aos elementos anteriores, é relevante fazer referência aos resultados do questionário aplicado a 561 alunos e que constam dos anexos do Relatório. Os resultados deste questionário apontam para que 505 alunos respondem que, na escola, são incentivados a participar em ações de solidariedade e cidadania, isto é, 90%. Estes valores expressam, de forma clara, a perceção dos alunos como o ponto forte no domínio dos Resultados apontado no Relatório.

Dando continuidade à análise, regista-se apenas uma referência à Flexibilidade Curricular, quando aponta que os “critérios para a constituição e gestão de grupos e turmas são de natureza pedagógica e encontram-se previstos diversos projetos de flexibilidade curricular nos vários ciclos e de incremento do trabalho colaborativo, com evidências na melhoria dos resultados” (p.7).

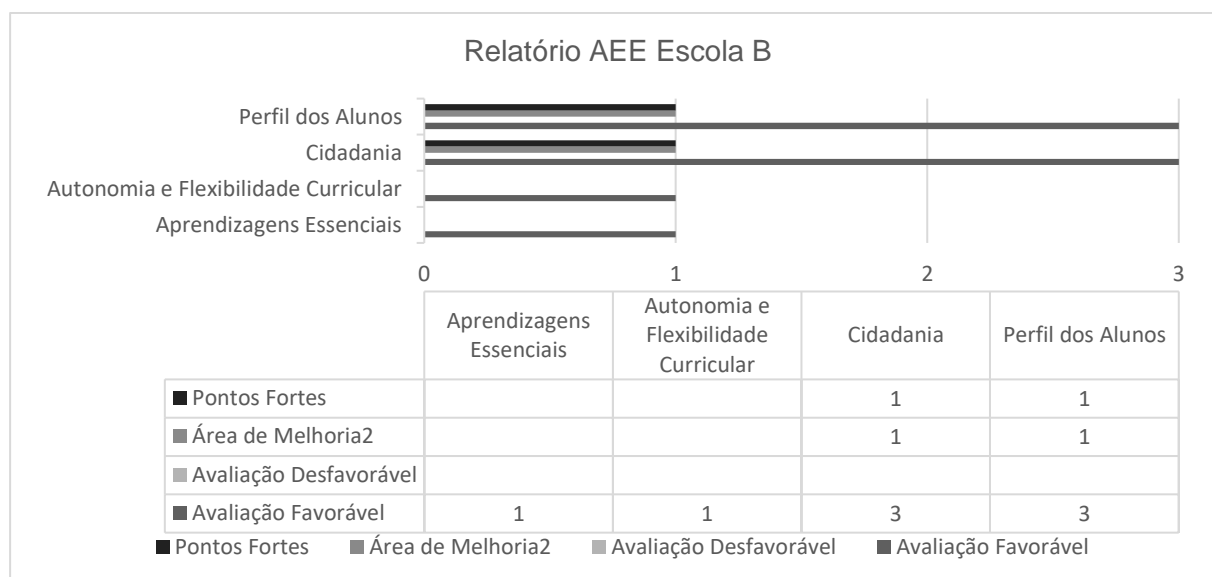
Considera-se este apontamento como uma avaliação favorável na área da Liderança e Gestão, relativamente ao tema em estudo.

Relativamente às Aprendizagens Essenciais, não existe, no Relatório desta Escola, nenhuma referência explícita às mesmas.

Na perspetiva dos conceitos-chave tomados em consideração para análise, tal como apresentamos na Escola A, na Escola B, considerando as referências existentes para as Aprendizagens Essenciais, Autonomia e Flexibilidade Curricular, Cidadania e Perfil dos Alunos temos um total de doze, sendo que foram apuradas oito com avaliação favorável, dois como área de melhoria e dois pontos fortes.

Figura 2

Referências de área de melhoria, pontos fortes e avaliação favorável nas Áreas das Aprendizagens Essenciais, Autonomia e Flexibilidade Curricular, Cidadania e Perfil dos Alunos no Relatório da AEE da Escola B



Em síntese:

No Relatório da Escola B, é feita referência à “densificação nos documentos orientadores de uma estratégia que reflita a intencionalidade sobre as opções curriculares para um desenvolvimento abrangente das áreas de competências do Perfil dos Alunos” (p.5).

Explicita-se ainda que:

Os documentos orientadores da ação possuem clareza e coerência entre si e com os diplomas legais e preveem e promovem relações estreitas com a comunidade envolvente através de protocolos e parcerias muito ricas e diversificadas. Estão definidos os objetivos estratégicos, as ações, as metas e indicadores de medida que permitem a respetiva monitorização, embora ainda não reflitam uma clara intencionalidade nas opções curriculares para um desenvolvimento abrangente das áreas de competências do Perfil dos Alunos. (p.7)

Assim se expressa que os documentos orientadores da Escola, sem referência expressa ao projeto educativo, não refletem clara intencionalidade com vista a um desenvolvimento abrangente em articulação com o Perfil dos Alunos.

Nota-se assim que, mesmo numa escola com uma avaliação global bastante positiva em relação aos aspetos em análise, há ainda alguns elementos críticos realçados, que se prendem com concretização das intencionalidades plasmadas nos documentos internos, como ocorria no caso da Escola A.

A Escola C na AEE é avaliada em três domínios com Bom tendo a avaliação de Suficiente num quarto domínio.

Da análise realizada foi possível apurar os seguintes resultados:

No relatório de AEE da Escola C, existem quatro referências ao PA, sendo três expressas nos juízos avaliativos dos domínios Liderança e Gestão e na Prestação de Serviço Educativo e um como área de melhoria no domínio da Prestação de Serviço Educativo.

Nesta área de melhoria, o Relatório refere a necessidade de “generalização de estratégias de diferenciação pedagógica e de metodologias ativas e inovadoras, determinantes para a consecução das Aprendizagens Essenciais e do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (p. 5).

As restantes referências apontam para o domínio da Liderança e Gestão, remetendo para uma avaliação que se considera desfavorável, uma vez que os documentos internos consultados não expressam claramente as estratégias a desenvolver para a aquisição das áreas de competência patentes no Perfil dos Alunos. Assim, o Relatório refere que:

Porém, e ainda que estes documentos estruturantes estejam alinhados com os princípios e valores consignados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, não expressam claramente as estratégias a desenvolver para a aquisição das áreas de competências inscritas naquele Perfil. (p.7)

Por outro lado, também no domínio da Liderança e Gestão, ainda que se reconheça a valorização da formação contínua esta é “um campo a investir, nomeadamente em ações que

potenciem a eficácia nas respetivas áreas funcionais, a renovação das práticas metodológicas e a capacitação para os desafios colocados pelo Perfil dos Alunos” (p.7).

Por sua vez, no domínio da Prestação do Serviço Educativo:

Salienta-se o desenvolvimento de múltiplas atividades culturais, científicas, artísticas e desportivas, que proporcionam oportunidades de aprendizagem diversificadas, com destaque para visitas de estudo, comemoração de efemérides, concursos e exposições. Porém, estas iniciativas carecem de uma maior integração curricular, por forma a maximizar a sua interligação com as Aprendizagens Essenciais, o Perfil dos Alunos e a estratégia de educação para a cidadania. (p.8)

Este juízo patente no Relatório pode ser considerado também como uma avaliação desfavorável, uma vez que as múltiplas atividades desenvolvidas pela Escola carecem de maior integração curricular para ser estabelecida a interligação entre o Perfil dos Alunos e as Aprendizagens Essenciais.

A área da Cidadania é identificada, no domínio dos Resultados, como um ponto forte da Escola C, referindo a “importância concedida à educação para a cidadania, evidente na dinamização de diversas iniciativas no âmbito da sustentabilidade ambiental, da solidariedade, do trabalho voluntário e da participação democrática” (p.4).

Outra referência a Cidadania é expressa pela estratégia de:

Formar cidadãos com capacidade de pensar e decidir, para que, no futuro, estejam preparados para o exercício de uma cidadania responsável e empreendedora, é a missão veiculada no projeto educativo e apropriada pelos diferentes membros da comunidade educativa. (p.6)

Mas, ainda que sendo claros os objetivos e as ações a implementar, as metas estabelecidas carecem de indicadores de medida que permitam efetuar, com rigor, a respetiva monitorização e avaliação. Assim, no domínio da Liderança e Gestão, esta deve ser considerada uma avaliação desfavorável, expressa assim no Relatório:

São claros os objetivos e as ações a implementar, ainda que as metas estabelecidas careçam de indicadores de medida que permitam efetuar, com rigor, as respetivas monitorização e avaliação. (p.6)

No domínio da Prestação de Serviço Educativo regista-se uma avaliação favorável, expressa no Relatório com a referência “aos projetos Cidadania (respeito pela diversidade), Ser (gestão de emoções), Compostagem e Hortas Escolares (hábitos e atitudes ambientalmente saudáveis), dinamizados em articulação com entidades da comunidade local, que potenciam princípios e valores essenciais no desenvolvimento pessoal, emocional e social” (p.8).

A participação cívica, a responsabilidade individual e o respeito pelos outros são trabalhados transversalmente em todos os níveis de ensino, promovendo a formação pessoal e social dos alunos, assim como o seu bem-estar.

Ainda no domínio da Prestação do Serviço Educativo, reforça-se a referência já apontada anteriormente, como avaliação desfavorável, a propósito do Perfil dos Alunos, quando se aponta para que as múltiplas atividades desenvolvidas carecem de maior integração curricular “por forma a maximizar a sua interligação com as Aprendizagens Essenciais, o Perfil dos Alunos e a estratégia de educação para a cidadania” (p.8).

Em sintonia com o ponto forte já identificado na referência sobre Cidadania reforça-se esta ideia como avaliação favorável em matéria de Resultados Sociais. Assim:

É concedida uma grande importância à educação para a cidadania, evidente na dinamização de diversas iniciativas no âmbito da sustentabilidade ambiental, da solidariedade, do voluntariado e da participação democrática (limpeza de praias, separação de lixo, Banco Alimentar, Voluntários da Leitura, Orçamento Participativo de Escolas e Parlamento dos Jovens, entre outras. (p.10)

Nova referência a Cidadania é registada nos questionários dirigidos aos alunos, que denotam que, de entre os 364 que responderam, 279 alunos manifestam que na escola são incentivados a participar em ações de solidariedade e cidadania representando 76,7% dos respondentes, o que expressa uma avaliação favorável no domínio dos Resultados.

Nesta Escola, e ao contrário do que se verificava nas Escolas anteriores, com melhores classificações, reconhece-se a existência de práticas relevantes orientadas para a promoção da Cidadania, mas estas parecem não estar ancoradas num planeamento curricular coerente.

Neste Relatório, e em relação à Flexibilidade Curricular, foi identificada uma área de melhoria no domínio da Prestação do Serviço Educativo: a “intensificação de práticas de gestão articulada e contextualizada do currículo, impulsionadoras do desenvolvimento de competências transversais e da sequencialidade das aprendizagens” (p.5).

Considera-se que esta recomendação é indutora da intencionalidade de que a Escola promova uma melhoria na abordagem ao currículo. É, nesta linha de raciocínio, que se acrescenta, no âmbito da oferta educativa e gestão curricular, que:

existem algumas evidências de uma abordagem contextualizada e interdisciplinar do currículo, impulsionadora de aprendizagens mais significativas, ainda que se trate de um campo a aprofundar, no sentido de promover o desenvolvimento de competências transversais e assegurar a sequencialidade das aprendizagens. (p.8)

E, ainda no que respeita à planificação e acompanhamento das práticas educativa e letivas, considera-se que “o trabalho colaborativo e a (auto)regulação das práticas pedagógicas são áreas a aprofundar, tendo sido notória a necessidade de acompanhar o

trabalho de alguns docentes na planificação e no desenvolvimento do currículo, de modo a impulsionar a adequação da sua ação aos atuais documentos curriculares” (p.9).

Relativamente às Aprendizagens Essenciais, existem sete referências enquadradas na apreciação dos domínios da Prestação do Serviço Educativo, Liderança e Gestão e Autoavaliação. Contudo, apenas por duas vezes o conceito de Aprendizagens Essenciais é referido explicitamente, no domínio da Prestação do Serviço Educativo, como área de melhoria, carecendo a Escola C de “generalização de estratégias de diferenciação pedagógica e de metodologias ativas e inovadoras, determinantes para a consecução das Aprendizagens Essenciais” (p.5).

E, nesta linha de raciocínio, apesar de se reconhecer que a Escola desenvolve “múltiplas atividades culturais, científicas, artísticas e desportivas, que proporcionam oportunidades de aprendizagem diversificadas, com destaque para visitas de estudo, comemoração de efemérides, concursos e exposições” (p.8), é assinalado que “estas iniciativas carecem de uma maior integração curricular, por forma a maximizar a sua interligação com as Aprendizagens Essenciais”.

Face ao exposto, as restantes referências às aprendizagens, apontam para que outros domínios - Liderança e Gestão e Autoavaliação - devem ser potenciadores da qualidade dessas aprendizagens com o intuito de “adoção de soluções organizacionais e pedagógicas inovadoras, transversais e diferenciadoras, visando melhores aprendizagens” (p.7).

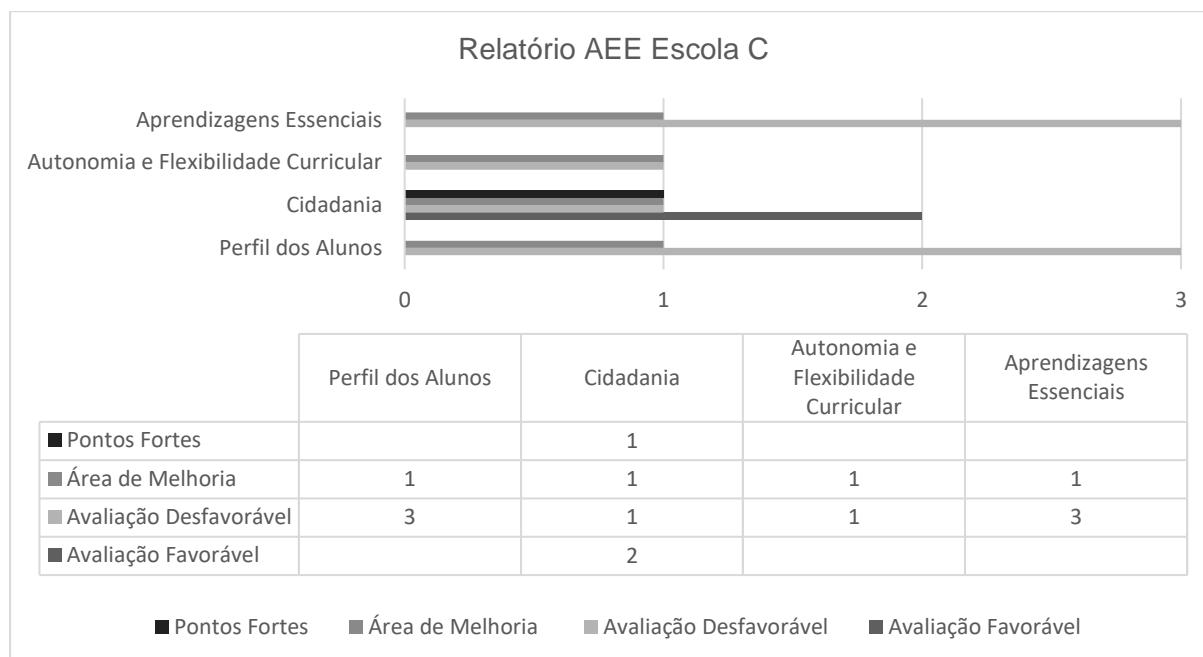
Apesar de sobressaírem “algumas práticas pedagógicas ativas e diferenciadoras que concorrem para melhores aprendizagens e para o desenvolvimento de competências diversificadas” (p.9) e de existirem “algumas evidências de uma abordagem contextualizada e interdisciplinar do currículo, impulsionadora de aprendizagens mais significativas”, trata-se “de um campo a aprofundar, no sentido de promover o desenvolvimento de competências transversais e assegurar a sequencialidade das aprendizagens” (p.8).

Assim, além de se registar a recomendação de melhoria, esta apreciação também aponta para uma avaliação globalmente desfavorável nesta matéria.

Apresenta-se, em seguida, a visão global da análise do Relatório desta Escola na perspetiva dos códigos associados às palavras-chave.

Figura 3

Referências de ponto forte, área de melhoria, avaliação favorável e desfavorável nas áreas das Aprendizagens Essenciais, Autonomia e Flexibilidade Curricular, Cidadania e Perfil dos Alunos no Relatório de AEE da Escola C



Em síntese:

Na Escola C, o Relatório assume que o projeto educativo é o documento que acolhe os diferentes contributos e a participação de todos os intervenientes educativos (p.4) e que “são claros os objetivos e as ações a implementar, ainda que as metas estabelecidas careçam de indicadores de medida que permitam efetuar, com rigor, as respetivas monitorização e avaliação” (p.6). Por outro lado, “o plano de atividades também é coerente com o projeto educativo e integra um conjunto diversificado de iniciativas, dinamizadas por docentes, estudantes e pais/encarregados de educação.”

Mas:

ainda que estes documentos estruturantes estejam alinhados com os princípios e valores consignados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, não expressam claramente as estratégias a desenvolver para a aquisição das áreas de competências inscritas naquele Perfil. (p.6)

Por outro lado, são reconhecidas práticas orientadas para a educação para a cidadania, no entanto, estas carecem de uma maior intencionalidade curricular. De resto, a intencionalização do trabalho curricular da Escola parece ser um elemento particularmente crítico, no olhar dos avaliadores externos que a apreciaram.

A Escola D na AEE é avaliada em três domínios com Bom, tendo a avaliação de Suficiente num quarto domínio.

Da análise realizada foi possível apurar os seguintes resultados:

No relatório de AEE da Escola D, existem três referências ao PA, sendo duas expressas nos domínios da Liderança e Gestão e uma como área de melhoria no domínio da Prestação de Serviço Educativo.

No domínio da Liderança e Gestão, é muito relevante “a visão estratégica definida para o Agrupamento, centrada no sucesso educativo e no referencial do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (p.4), que é assinalada como ponto forte da Escola.

Esta visão estratégica da Liderança e Gestão da Escola é assinalada por via do:

projeto educativo expressa de forma clara a visão estratégica para o Agrupamento, preconizando o sucesso educativo e o desenvolvimento global da personalidade. Já a missão definida reitera, entre outros, o crescimento pessoal e social das crianças e dos alunos e o exercício de uma cidadania interveniente e responsável, em plena articulação com o Perfil dos Alunos. (p.6)

Contudo, como área de melhoria, no domínio da Prestação do Serviço Educativo, o Relatório recomenda que se deva “intensificar, em sala de aula, opções pedagógicas e didáticas que permitam o desenvolvimento de competências complexas, em sintonia com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (p.5).

A área da Cidadania é identificada como um ponto forte da Escola D, no domínio dos Resultados, referindo-se a “práticas de envolvimento e de participação das crianças e dos alunos, promotoras de uma cidadania interventiva e responsável” (p.4).

Outra referência favorável a Cidadania é expressa no domínio da Liderança e Gestão, a propósito da missão da Escola que “reitera, entre outros, o crescimento pessoal e social das crianças e dos alunos e o exercício de uma cidadania interveniente e responsável” (p.6).

O Relatório refere que a Escola desenvolve práticas que valorizam e estimulam a participação dos alunos na vida escolar, com atribuição de responsabilidades e promovendo diversas iniciativas em que os alunos assumem o papel de dinamizadores. Esta referência, patente no domínio dos Resultados, é expressa pelo facto dos alunos serem:

envolvidos em atividades que favorecem o desenvolvimento do espírito solidário (recolhas de bens e iniciativas de voluntariado), da participação democrática (Parlamento dos Jovens e orçamentos participativos) e da preocupação pela sustentabilidade ambiental, entre outras temáticas que fazem parte dos projetos dinamizados no âmbito das áreas de formação pessoal e social e de cidadania e desenvolvimento. (p.11)

Nova referência a Cidadania, com avaliação favorável, é registada nos questionários dirigidos aos alunos, que denotam que, de entre os 474 que responderam, 87,4% referem que na Escola são incentivados a participar em ações de solidariedade e Cidadania, representando 414 alunos. (anexo 3 do Relatório)

Neste Relatório regista-se uma referência expressa à Flexibilidade Curricular, enquadrada na Prestação do Serviço Educativo:

O Agrupamento organizou, em colaboração com uma das associações de pais e encarregados de educação, umas jornadas pedagógicas subordinadas aos temas “A aula que motiva” e “A flexibilidade curricular na sala de aula”, evidência que corrobora uma comunidade educativa reflexiva. (p.10)

Contudo, da análise podemos constatar que algumas referências ao currículo estão relacionadas com a flexibilidade curricular, podendo tal ser considerado no Relatório como área de melhoria na Liderança e Gestão, nomeadamente quando se recomenda “um papel mais ativo dos coordenadores de departamento curricular na promoção de dinâmicas de articulação entre as disciplinas/níveis/ciclos, quer no planeamento/execução/avaliação de atividades, quer noutras questões de caráter pedagógico” (p.7).

Porém, neste mesmo domínio, refere-se que “não existem exemplos significativos de inovação pedagógica ou curricular” (p. 9), o que manifestamente constitui uma avaliação desfavorável.

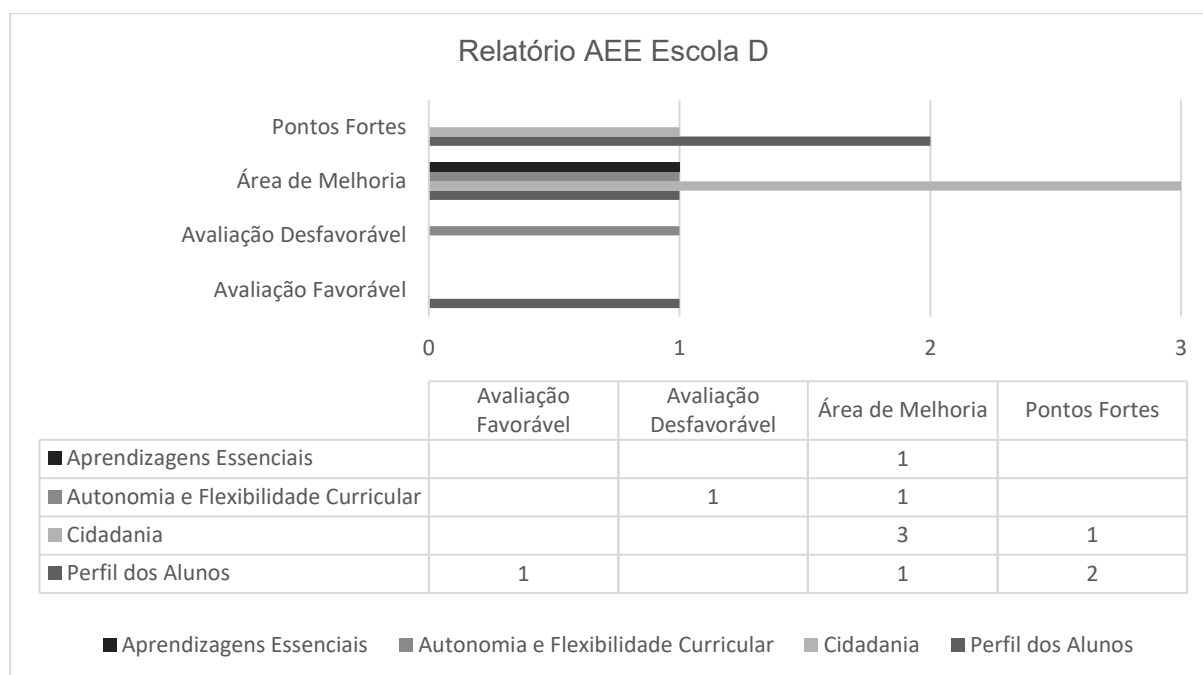
No que respeita às Aprendizagens Essenciais, registamos apenas uma referência, enquadrada no domínio da Prestação do Serviço Educativo, que consideramos ser uma avaliação desfavorável:

O Agrupamento tem adotado práticas de interdisciplinaridade através da definição de temáticas orientadoras para o trabalho entre disciplinas. A consolidação desta vertente, perspetivando outras formas de interligar as Aprendizagens Essenciais de cada área, é um dos aspetos a potenciar. (p.9)

Uma outra perspetiva da análise permite visionar o número de ocorrências das categorias chave selecionadas.

Figura 4

Referências de pontos fortes, área de melhoria e avaliação favorável e desfavorável nas áreas das Aprendizagens Essenciais, Autonomia e Flexibilidade Curricular, Cidadania e Perfil dos Alunos no Relatório de AEE da Escola D



Em Síntese:

O Relatório da Escola D explicita que:

O projeto educativo expressa de forma clara a visão estratégica para o Agrupamento, preconizando o sucesso educativo e o desenvolvimento global da personalidade. Já a missão definida reitera, entre outros, o crescimento pessoal e social das crianças e dos alunos e o exercício de uma cidadania interveniente e responsável, em plena articulação com o Perfil dos Alunos. (p.6)

Em articulação com o projeto educativo, o plano anual de atividades reflete os objetivos estratégicos nele expressos, ainda que se encontre estruturado numa “metodologia que lhe confere um caráter demasiado compartimentado, pouco facilitadora de uma ação mais articulada” (p.6).

Também “o projeto curricular estabelece, em sintonia com a visão e a missão do projeto

educativo, as opções de natureza curricular e pedagógica para o Agrupamento” (p.6).

Contudo “apesar da clareza dos documentos orientadores e dos objetivos e metas definidos, bem como da coerência entre si, não tem existido uma estratégia assertiva da sua divulgação, nomeadamente do projeto educativo, com vista a alcançar uma ação mais mobilizadora” (p.6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Relatório de AEE da Escola A, sem dúvida que está patente:

A intencionalidade de fomentar respostas aos novos desafios, designadamente o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a autonomia e flexibilidade curricular, bem como a abordagem multinível de acesso ao currículo garantindo a inclusão e uma educação de qualidade, encontram-se bem patentes no projeto educativo, no regulamento interno, no plano de atividades e no plano curricular. (p.6)

Contudo, tal carece de maior operacionalização de práticas pedagógicas com vista a alcançar maior sustentabilidade.

No Relatório da Escola B, é feita referência à “densificação nos documentos orientadores de uma estratégia que reflita a intencionalidade sobre as opções curriculares para um desenvolvimento abrangente das áreas de competências do Perfil dos Alunos” (p.5), mas esses documentos orientadores da Escola não refletem clara intencionalidade com vista a um desenvolvimento abrangente, em articulação com o Perfil dos Alunos.

Na Escola C, o Relatório assume que os documentos estruturantes, apesar de estarem alinhados com os princípios e valores consignados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, não expressam claramente as estratégias a desenvolver para a aquisição das áreas de competências inscritas naquele Perfil (p.6).

Finalmente, o Relatório da Escola D refere que “o projeto curricular estabelece, em sintonia com a visão e a missão do projeto educativo, as opções de natureza curricular e pedagógica para o Agrupamento” (p.6).

Contudo, “apesar da clareza dos documentos orientadores e dos objetivos e metas definidos, bem como da coerência entre si, não tem existido uma estratégia assertiva da sua divulgação, nomeadamente do projeto educativo, com vista a alcançar uma ação mais mobilizadora” (p.6).

Como apreciação final, é interessante notar que, quer nas Escolas melhor apreciadas, quer nas que foram pior apreciadas, a ideia de generalização das práticas e da tradução do que está previsto nos documentos internos, ao nível das práticas pedagógicas, parece prevalecer como crítica.

Das leituras realizadas aos Relatórios de AEE do 3.º ciclo de avaliação, de que resultou a análise apresentada, a maior diferença entre as Escolas A e B (melhor avaliadas) e as Escolas C e D (pior avaliadas) está ao nível da organização dos documentos.

Importa ainda fazer uma leitura transversal dos Relatórios de AEE em estudo, relativamente aos diversos conceitos em análise.

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória pretende constituir uma “matriz comum para todas as escolas e ofertas formativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação

interna e externa do ensino e da aprendizagem”, mobilizando todos os atores educativos (docentes, gestores e decisores políticos) com a “finalidade de que possam contribuir para a organização e gestão curriculares definindo estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a utilizar na prática letiva”(p.8). Este documento explicita que, quando fala em Perfil dos Alunos, não pretende alcançar um “mínimo ou um ideal mais do que se pode considerar desejável com a necessária flexibilidade”, mas antes considerar a diversidade, favorecendo a “complementaridade e o enriquecimento mútuo entre os cidadãos” (p.5). A referência a um Perfil não visa:

qualquer tentativa uniformizadora, mas sim criar um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação da sociedade que nos rodeia. (p.5)

É neste contexto enquadrador que se convocam os conceitos de Cidadania, Autonomia e Flexibilidade Curricular e Aprendizagens Essenciais, os quais foram contemplados na investigação, uma vez que todos estão associados “ao processo de construção curricular que enquadra num referencial curricular que expressa a visão de conjunto que concetualiza e dá sentido ao processo de desenvolvimento do currículo, incluindo a sua subsequente operacionalização e avaliação” (Roldão et al.,2018, p.8).

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio, Diário da República n.º 90/2016, Série II, Educação para a Cidadania.
- Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, Diário da República nº 143/2017, Série II, Perfil do Aluno.
- Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto Diário da República n.º 168/2018, 2º Suplemento, Série II Aprendizagens Essenciais.
- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Diário da República n.º 237/1986, Série I, Lei Base Sistema Educativo.
- Martins, G. O., et al. (2017). *O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Relatórios de AEE 2019-2020*. Inspeção Geral da Educação e Ciência.
- Roldão, M.C., Peralta H., Martins I.P.& Orvalho L. (2018). *Autonomia e Flexibilidade Curricular. Currículo do Ensino Secundário. Para a Construção de Aprendizagens Essenciais Baseadas no Perfil dos Alunos*. Ministério da Educação.